

## O MITO REVOLUCIONÁRIO-DEMOCRÁTICO DO DISCURSO PETISTA NA DÉCADA DE 1980<sup>1</sup>

Rui Gomes de Mattos de Mesquita

Discutir a formação de mitos requer a compreensão de que o processo social de significação tem uma dimensão simbólica. Um signo, assim, não guarda correspondência direta, sem mediação, com os objetos. O “real” - que existe materialmente - tem que ser composto em “realidade” (Carontini & Peraya, 1979). Numa perspectiva laclauiana os significantes - especialmente os que têm função política - são vazios e a linguagem é constitutiva dos objetos. Resta refletir sobre o grau de liberdade de significar.

Para Saussure (Carontini & Peraya, 1979, p. 2-6), todo discurso se insere em uma “comunidade social” e não pode romper radicalmente com as convenções que regem a língua. Dessa forma, as práticas significantes são limitadas pela necessidade do sujeito significar, pois requer receptores que comungam um certo “campo de significação”. Como o veículo - histórica e socialmente constituído - de significação é a língua, justifica-se a tese laclauiana (1993) da autonomia apenas relativa por parte dos sujeitos. Esse campo de significação é formado pela circulação de sentidos que dependerá, segundo CH. Pierce (Carontini & Peraya, 1979, p. 15), da presença de um *interpretante*. Este se coloca entre o signo a ser transmitido e o receptor/destinatário. Só assim um objeto é significado e inserido no circuito da comunicação. Essa mediação garante a vinculação da língua às relações sociais. A língua, assim, não é um sistema fechado cujo funcionamento se estabeleça do ponto de vista lógico-metafísico. Ao contrário, esse interpretante - ele próprio um signo - requer, para sua circulação, outro interpretante. Tal processo se dá em uma *cadeia de equivalências* que é contextualizada historicamente e fixa significados.

Antevê-se que a arbitrariedade no “laço” entre significante e significado (Carontini & Peraya, 1979, p. 59) não depende “da livre vontade do sujeito”. Há uma fixação de sentidos socialmente estabelecida, cuja mutação requer práticas significantes (articulatórias) capazes de conservar ou imputar sentidos aos signos. Essa circulação de sentidos é constitutiva da realidade que tem, assim, um caráter simbólico. Para Lacan (Zizek, 1996) esse processo de simbolização não abarca a totalidade do *real*. Haverá sempre “espectros” que emergem como possibilidade para a articulação de novos laços. Esses espectros podem ser antagônicos aos discursos hegemônicos: ponto de articulação de uma crítica da ideologia.

Assim, as mutações no signo têm um caráter social e acontecem numa cadeia de equivalências. Significação, neste contexto, deve ser distinguida de

---

<sup>1</sup> Agradeço os comentários e sugestões dos professores Joanildo Burity, Remo Mutzemberg e Silke Weber.

valor (Carontini & Peraya, 1979: 62). É a arbitrariedade do laço entre significante e significado na primeira que garante a relatividade e contingencialidade do segundo. Paradoxalmente, não se pode pensar em significado sem que se remeta a valor, o primeiro é um momento fotografado do segundo, pois não existe uma imanência do significante. Nesse emaranhado de sentidos

... os significados... são... rigorosamente diferenciais e sua delimitação inteiramente negativa, a saber, o valor, em seu aspecto conceptual, aparece nitidamente logo que se tenha em vista casos de sinonímia. 'Os sinônimos 'temer' e 'recear' só existem um ao lado do outro, *temer* enriquecer-se-á com todo o conteúdo de *recear*, enquanto *recear* não existir... a introdução de um signo novo na língua perturba seu sistema a tal ponto que ela diminui de outro tanto a significação dos demais signos. Inversamente, se a língua, em seu início, possuísse apenas dois únicos signos todas as significações se teriam distribuído sobre esses dois únicos signos (Carontini & Peraya, 1979, p. 65).

Para Barthes (1985, p. 133) "... postular significação é recorrer à semiologia". As ciências que o fazem são "... ciências dos valores; não se contentam em circunscrever o fato: definem-no e exploram-no como um *valor de equivalência*". A significação mítica, então, está sempre em relação a outros valores e seus sentidos passam por uma "distorção" em um contexto histórico. Essa distorção não deve ser caracterizada como "falseamento", pois o discurso é da ordem do simbólico. Seu caráter contingente, contudo, é ocultado.

O mito, que remete a uma leitura pretensamente objetiva do social, tem três características: a) tem uma função, pois não surge por mera casualidade e nutre uma relação pragmática com o grupo que o alimenta: está **vinculado às práticas articulatórias**; b) é naturalizado; destituído de história anterior - **ideológico** - pois trata como natural o princípio de leitura que propõe; c) remete a uma plenitude ausente; cria um não-lugar, um *espaço mítico* (Laclau, 1993) para onde pode, potencialmente, remeter os elementos antagônicos (aos discursos hegemônicos) do real. Tal espaço, contudo, como vimos, precisa fazer circular sentidos e sofre as coerções peculiares às cadeias de equivalência.

Como o discurso tem que ser analisado em seu aspecto contextual, identificar as equivalências processadas é fundamental para que tenhamos um ponto comum às formações discursivas que perpassam o primeiro. Note-se que seu caráter ideológico pode ser identificado na assunção do que não precisa de justificação (Zizek, 1996) e que serve como o elemento de unção das suas formações discursivas. É esse elemento dado que forja as identidades coletivas e cimenta a equivalência de valores. Teríamos, então, a ideologia como constitutiva das identidades coletivas. Uma vez que tal construção ultrapassa o âmbito lingüístico e vincula-se às práticas articulatórias, temos que considerar uma perspectiva empírica para a análise do discurso que englobe sua dimensão extralingüística.

Assim, de acordo com o conceito de texto em Kristeva

... o texto [é] um aparato trans-lingüístico que redistribui a ordem da língua, pondo em comunicação uma fala comunicativa que visa à informação direta com diferentes tipos de enunciados anteriores ou sincrônicos. O texto é, portanto, uma *produtividade* (Carontini & Peraya, 1979, p. 120).

Dessa forma, o texto é uma categoria que expressa a união da língua ao contexto

Pelo simples fato de que leva em conta as leis do discurso estabelecido, o texto abre seu trabalho no palco da realidade social. Bulir nos tabus da língua remanejando suas leis e categorias é também bulir nos tabus sociais e históricos: o sentido dito e comunicado do texto atravessado pela ação revolucionária da significância está portanto duplamente orientado para o sistema significante no qual se produz (a língua e a linguagem de uma época e de uma sociedade precisa) e para o processo social ao qual se articula enquanto prática discursiva. Esses dois registros, cujo funcionamento é autônomo, podem disjuntar-se por vezes em práticas sociais menores, mas se realizam sempre nos textos que marcam os blocos históricos. (idem, p. 121)

É interessante a intuição de Kristeva (Carontini & Peraya, 1979, p. 122) que considera que o texto “traça os limites” do “sistema conceptual que fundamenta a inteligência” em determinado bloco histórico. Mas, por quais meios se pode transpor tais limites? Como os sujeitos emergem com a possibilidade de inscrever novos significados? Vimos que o texto (ou discurso) deve ser concebido em seus aspectos lingüístico e extralingüístico. Ainda, que o simbólico é constitutivo da “realidade”. Esta tem nos elementos foracluídos do “real” pontos potenciais de antagonismo que podem emergir na forma de “espectros”: lócus virtual da crítica da ideologia. Esta – que também é ideológica - ao veicular novos valores no circuito comunicativo modifica-os na totalidade deste último. Os enunciadores dos valores (sujeitos) modificam sua identidade à medida que veiculam novos sentidos. Isto remonta a uma diferenciação entre sujeito e objeto. O primeiro se diferencia do segundo (práticas sociais concretas) pela sua característica ontológica de simbolização.

O circuito comunicativo seria a expansão da instância do sujeito falante e ao mesmo tempo da instância do signo, o que quer dizer também que o sujeito é o signo e não pode constituir-se fora do signo. Num dicionário da sociedade de troca, o signo seria sinônimo de sujeito, da comunicação e da fala (ibidem, 1979, p. 119).

Questiona-se a imanência do social e a existência de um mundo ideal. Deve-se (Zizek, 1996, p. 22), porém, negar a impossibilidade de uma “realidade extra-ideológica”. Embora a construção da realidade seja da ordem do simbólico, “...devemos, ainda assim, sustentar a tensão que mantém viva a crítica da ideologia”. Esta última é capaz de revelar a parte do real “recalcada” pelo discurso hegemônico. Assim não caímos na armadilha de considerar a existência de um mundo regido pelo Logos da língua. Para Lacan (ibidem, p. 26), os espectros da realidade lhes são constitutivos. Como a simbolização sempre fracassa, há uma “dívida simbólica não quitada”. É essa lacuna entre o real e a realidade que possibilita as “aparições espectrais”. Estas são (ibidem, p. 26) a “... exterioridade desconhecida pela ideologia” que é “a exterioridade...

da realidade social extratextual”. Desta forma Zizek aponta uma imbricação necessária e não imanente entre matéria e substância, significante e significado. Por certo a crítica da ideologia também tem uma dívida simbólica a quitar. Mas essa crítica é feita desde uma perspectiva do real.

Tal dívida possibilita os deslocamentos sob a propulsão da circulação de novos valores e os sujeitos emergem em função desses deslocamentos. Estes caracterizam a existência de um terreno de indecibilidade radical. Assim, Laclau (1993, p. 77) entende por mito “... um espaço de representação que não guarda nenhuma relação de continuidade com a objetividade estrutural dominante”, pois articula o antagonismo do real. Os termos do mito são externos à “espacialidade objetiva” da estrutura e criam um novo espaço de representação. Toda objetividade, neste sentido, pressupõe atos de escolha (poder), remetem à cristalização do mito e revelam a vocação hegemônica deste.

Tal vocação gera a necessidade de veiculação de novos valores. As articulações que a materializam se dão em vistas a constituir o espaço mítico. Tal espaço se contrapõe ao espaço estrutural dominante e agrega o conjunto dos deslocamentos em um dado contexto histórico. Segundo Laclau (1993, p. 78) este espaço tem um caráter metafórico. Surge como plena positividade, animado pelo fascínio de uma “terra prometida”; o não-lugar que emerge de uma *ausência* - a falta de estruturalidade da estrutura - a ser preenchida.

Considerando-se o caráter de exterioridade do mito à espacialidade da estrutura os deslocamentos não têm uma lógica ontológica. A possibilidade de articulação e formação de identidades vincula-se à capacidade de significar algo diferente da “literalidade” do deslocamento. Ao veicular novos valores, os sujeitos se identificam com o objeto (prática) social: constroem sua identidade (Laclau, 1993, p. 79), através de *atos de identificação*, que funcionam como “superfícies de inscrição”. É o caráter simbólico dessa superfície mítica que permite a circulação de valores e a constituição do espaço mítico. Sua radicalização (ibidem, p. 80) depende da capacidade de metaforização do mito. Só assim poder-se-á expandir os valores a serem veiculados. No limite, tal expansão leva à formação de imaginários e a não transparência das reivindicações sociais. Ou seja, as posições de sujeito existem em relação a práticas articulatórias e não a partir de uma imanência do social<sup>2</sup>.

Estabelece-se, outrossim, uma relação de limite mútuo entre os elos da cadeia que pressupõe a distorção *parcial* das identidades prévias. É assim que

---

2. Barthes (1985, p. 176) diz que “todo o mito um pouco generalizado é efetivamente ambíguo, porque representa a própria humanidade daqueles que, não tendo nada, o ‘pediram emprestado’”. Isto remonta ao que significa a aceitação das práticas articulatórias do jogo democrático para o mito marxista do comunismo. Aceitá-las significa, no limite, modificar a identidade do sujeito (classe operária), que é um elemento ideológico fundamental em relação ao referido mito. A questão subjacente a ser posta é o caráter antinômico do mito comunista com as práticas articulatórias típicas da democracia.

... equivalência não significa identidade; cada uma dessas transformações retém algo de sua própria identidade e, no entanto, o caráter puramente privativo de cada identidade é subvertido através de sua participação na cadeia de equivalência (Laclau, 2002, p. 22).

Não há cadeia entre identidades fixas<sup>3</sup> e nem o livre estabelecimento de equivalências, pois as “sobras” de identidade dos elos exigem uma solução de coerência. Isto remete ao caráter de totalidade do circuito de comunicação e à mudança social.

Laclau (2002, p. 23) chama a deformação equivalencial de encarnação. A impossibilidade do objeto - conteúdo particular, “literal” - ser encarnado em uma plenitude ausente (pelo mito) se constata na expressão não transparente do corpo encarnante. Este conserva conteúdos prévios - assim como a forma do mito conserva o sentido distorcido no sistema mitológico - já que os utiliza para expressar o objeto encarnado, que é inexprimível. Assim (ibidem, p. 24), “o específico da equivalência é a destruição de sentido através de sua própria proliferação”. Ou seja, os conceitos agregados a um significante deformam as identidades dos elos. Essa ampliação da cadeia equivalencial, por um lado, expressa uma maior vigência social do mito e, por outro, enfraquece os “traços diferenciais” dos elos da cadeia, à medida da expansão desta última e da sua aproximação com um imaginário social. Ou seja, a expansão da cadeia equivalencial dilui o programa orientador da ação dos agentes sociais.

Para analisar a cadeia equivalencial em torno de mitos de democracia precisamos verificar seus elos. Se democracia é equivalente de socialismo e este pressupõe uma radical distribuição de renda, democracia passa a ser equivalente de distribuição de renda. Por sua vez, a coletivização dos meios de produção pode passar a ser equivalente de democracia e assim por diante. A expansão dessa cadeia enfraquece o mito posto que, transformado em algo muito amplo (imaginário), absorve princípios de leitura por demais díspares.

Para Laclau (2002, p. 53-4) há uma relação de mútua dependência entre a tentativa de sutura do social, como uma operação impossível, e a particularidade do objeto que o encarna. Encarnados pela plenitude ausente - o não-lugar do mito onde, pretensamente, ocorre a sutura - e distorcidos na cadeia de equivalência, os objetos particulares passam a ser elos de uma cadeia que deve ser vislumbrada como um todo operante. Assim, são os restos de particularidade que impossibilitam uma cadeia de equivalência a ser uma mera junção de identidades. Há, assim, (ibidem, p. 54-5) uma “... resistência de sentido já estabelecida que obstaculiza as equivalências novas”.

Esse jogo de dupla dependência tem um efeito contraditório na constituição de um *espaço mítico*. Este, como se sabe, é constituído através da metaforização do significante, ou seja, uma “distorção” de sentido, que remete

---

3 Conforme o conceito leninista de hegemonia.

a uma plenitude ausente. Busca, assim, contra os efeitos desestruturantes do deslocamento exercer hegemonia. O aumento de sua vigência social depende de sua capacidade de metaforização<sup>4</sup>, que tem a sua condição de existência condicionada à dialética da ausência – deslocamento da estrutura – e da presença – identificação com a plenitude não alcançada. Sendo assim, as equivalências entre os elos de uma cadeia dão-se através de metaforizações que sofrem uma “resistência de sentido” articulada pelos elos já estabelecidos. Por outro lado, tal obstaculização é essencial para “fixar” significados e impossibilitar um fluxo contínuo de sentidos.

Podemos entender agora porque o sujeito surge quando há deslocamentos na estrutura. Outros princípios de leitura se opõem ao efeito desestruturador daqueles. Assim entendemos a vocação hegemônica e política do mito: ele tenta operar um fechamento ideológico que subverta a objetividade. Para tal, os mitos (sujeitos) “criam” um espaço para onde remetem os elementos antagônicos à estrutura deslocada.

Para se tornar hegemônico o sujeito tem que operar atos de identificação (escolhas), que constituirão sua identidade. Este é o ponto essencial de uma abordagem não essencialista para qual todo sujeito é político. São enunciadores dos elos de uma cadeia de equivalências e têm suas identidades subvertidas nessa cadeia. Não existe, assim, um *programa* naturalmente vinculado a um grupo de agentes sociais. Os princípios de leitura sofrem alterações e toda fixação de posição de sujeito significa a cristalização do mito.

### Mitos de democracia e marxismo

O intercâmbio entre mito e ideologia se dá à medida que o mito, como princípio de leitura, instrui contingencialmente o “trabalho” dos suportes ideológicos de um discurso – aquilo que não precisa ser justificado e serve como “cimento” de composição da realidade. No marxismo (Torfing, 1999) tais suportes são o econômico como epifenômeno e a redução de classe. Laclau e Mouffe (1985), estudando a genealogia do conceito de hegemonia no seio do marxismo, ressaltam a expansão (real) da contingência em detrimento da lógica da imanência do social.

Rosa Luxemburgo, ao discutir a greve de massas, levanta a questão da *unidade da classe operária* e da estratégia revolucionária. Ao falar do espontaneísmo das massas, evidencia a impossibilidade de controle sobre os rumos da História. A questão da unidade da classe operária teria que ser assegurada no próprio processo revolucionário que, devido a seu caráter espontâneo, não imanente, não poderia ser controlado. A diversidade das

---

4 De acordo com Laclau (1993, p. 79) “toda frustração, toda reivindicação insatisfeita encontrará sua compensação ou sua contrapartida no mito de uma plenitude alcançada. Esta indeterminação do mito a respeito dos deslocamentos específicos que expressarão através da possibilidade de sua superação, é uma consequência direta de seu caráter metafórico, da possibilidade que se abre de dar um modo de expressão a forma mesma da plenitude, mais além de toda deslocação concreta”.

lutas isoladas viria a sofrer um deslocamento de significação pela sobredeterminação de umas lutas sobre outras. A unidade de classe seria então simbólica.

A própria lógica do espontaneísmo é simbólica, pois rompe com os sentidos literais. Contudo, seria antitética em relação à lógica da necessidade que, ao considerar a determinação do econômico, não absorve as variações contingenciais e nutre a crença (ideológica) no acesso literal ao real. Devido ao seu caráter antitético a ampliação da lógica da primeira se dá em detrimento da lógica política da segunda. Ao contrário, a expansão da lógica da contingência comprometeria o campo do monismo<sup>5</sup>.

Para Kautsky o partido era o portador da ciência (marxismo). A existência de *interesses socialistas* pressupõe que a classe operária é portadora de uma *identidade* definida nas relações de produção. Tal lógica só se expande em detrimento do político tido como mero reflexo superestrutural. Não seria desejável, assim, que o partido se abrisse a composições com outras forças políticas, sob pena de comprometer sua pureza identitária.

Para Bernstein a questão da fragmentação não seria resolvida através de mudanças infraestruturais e sim pela intervenção política. Bernstein procurava quebrar o isolamento da classe trabalhadora. Observa a complexificação da classe operária nos centros industriais e questiona a lógica da necessidade. Contudo, considera que o elemento unificador é a classe. Mostra, assim, que estava apenas tentando limitar os efeitos da causalidade presente na ortodoxia. Seu questionamento tem o limite de recusar a extensão da “cientificidade” marxista a ponto de cobrir todo o campo da previsão política. Mas (Torfing, 1999), a unidade da classe operária para Bernstein se daria por sua capacidade de organização dirigida por um impulso ético. Ele operara uma substituição do mecanicismo objetivista presente em Kautsky, por um subjetivismo ético.

Já o sindicalismo revolucionário de Sorel aprofunda a crítica ao racionalismo do materialismo histórico sem adotar o subjetivismo ético. Para Sorel, a unidade da classe operária teria que ser politicamente construída. Tinha a greve geral como um *mito* que poderia condensar a unidade de classe. Sorel discutiu conscientemente a lógica da contingência: para ele não existia a positividade do social e a possibilidade de sua desintegração era real. A classe operária, contudo, manteria sua identidade através de uma política de independência que garantisse sua unidade. Qualquer dispersão, *inclusive a democracia*, era mal vista. Mas o sujeito da transformação continua a ter um pertencimento de classe. Isto é um problema, posto que se ele admite a não positividade do social os agentes sociais não deveriam ser fixados, obrigatoriamente, na categoria de classe social.

---

5 Notar que essa fragmentação aparece como um “espectro” do real em relação ao discurso do marxismo. Assim, as escolhas feitas pelo marxismo revelam-se como atos de poder que intentam a criação de uma “realidade”. Nesse sentido há poder - expresso no fato de que o real tem elementos excluídos - mesmo com um discurso não hegemônico em uma dada sociedade.

A experiência russa é salutar para a compreensão desse problema. A situação na Europa era marcada por um grau de maturidade da burguesia que tornava frágil a unidade da classe operária. Já na Rússia, a fragilidade da burguesia impulsionava a classe operária a assumir as tarefas *tidas como historicamente pertencentes* à primeira. A questão da unidade exigia a intervenção política do operariado. Essa infiltração nas tarefas pretensamente burguesas recebeu o nome de hegemonia, tida como liderança política.

Para os sociais democratas russos as tarefas assumidas pelo proletariado ainda eram burguesas. Consideravam uma anomalia na *narrativa* da história que seria determinada na infraestrutura. Aceitavam, contudo, uma segunda narrativa que seria determinada pela primeira. A classe operária, assim, não alterava sua identidade levando a cabo a tarefa que lhe era estranha, o que nos faz entender que o vínculo de hegemonia e liderança política em Lênin tem raízes na crença em interesses dados. Em contraste, para os pós-estruturalistas em pauta, a relação entre a tarefa e o agente é uma relação de exterioridade.

A segunda narrativa ganha novo impulso quando Trotsky passa a considerá-la condição contemporânea global. A hegemonia torna-se, assim, um princípio fundamental para a recomposição social e passa a ocupar um lugar estratégico para a revolução socialista. O contingente em Trotsky, contudo, não é absorvido teoricamente. Ele se referiu a “características especiais” da história não redutíveis às categorias teóricas, mas passíveis de incorporação numa narrativa da história. Seu limite está na assunção de uma infraestrutura que determina em última instância a segunda narrativa.

Por outro lado, o desenvolvimento desigual e combinado abriu um terreno fértil para que o marxismo pudesse rever sua concepção das lutas sociais. As especificidades russas, mesmo pensadas como uma segunda narrativa, revelam uma espécie de “presença discursiva”. O terreno democrático torna-se mais complexo. Somente o reconhecimento de que as tarefas democráticas não são tarefas burguesas é que permitirá a superação dos problemas referentes à articulação entre socialismo e democracia. A prática socialista teria que sair de seu gueto de classe e articular múltiplos antagonismos, reconhecendo que esses não são necessariamente antagonismos de classe. Como corolário da inexistência de identidades fixas, não existe uma matemática exata de quem perde e de quem ganha entre as classes. Uma vez que o racionalismo da primeira narrativa, a da necessidade, é questionado, a transparência do processo de representação é também posto em xeque.

Gramsci é quem rompe com a noção de hegemonia como uma aliança de identidades sob a liderança de um partido. Introduce um conceito democrático de liderança não só política, mas também intelectual e moral, que objetiva a construção de uma vontade coletiva de caráter nacional-popular. Essa última opera ideologicamente para a formação de um bloco histórico. O comunista italiano não considera que os sujeitos políticos sejam as classes sociais e sim complexas vontades coletivas que são o resultado de articulações políticas de forças históricas que não têm nenhum necessário pertencimento de classe. Entretanto haveria um único princípio unificador das formações hegemônicas:

o de uma classe fundamental. A hegemonia de classe ainda teria uma fundação ontológica, não sendo o resultado da própria luta hegemônica. A perda da classe operária significa a reconstituição da hegemonia burguesa e a luta por hegemonia seria um jogo de soma zero.

Subjacente a essa genealogia do conceito de hegemonia de Laclau e Mouffe (1985) está a refutação da existência de um substrato racional da história de acordo com o imaginário iluminista de ciência. Essa é uma contribuição importante para o debate contemporâneo sobre o marxismo e sua relação com a democracia.

### O discurso petista na década de 1980

Mário Pedrosa, quando da Fundação do PT, anunciou que ao se inscrever naquele partido deixava “à sua porta os preconceitos”, pois aquele não teria um “livro sagrado”. O comunista histórico - na tentativa de se desvencilhar de uma tradição que teria conduzido a esquerda a erros históricos - proclamava a novidade que significava o PT (Partido dos Trabalhadores, 1998). Para o leitor familiarizado com os estudos pós-estruturalistas (Laclau, 1993, p. 76; 84), é possível vislumbrar nesse discurso - o qual chamaremos de *discurso petista* - a presença do *mito de socialismo* como uma superfície de inscrição. Um mito, segundo essa abordagem, teria a capacidade inesgotável de significação<sup>6</sup>. Nesse caso, os “dogmas” do socialismo real, os “livros sagrados”, não corresponderiam ao “verdadeiro” socialismo, aquilo que estaria na essência do marxismo.

Nessa perspectiva, Perseu Abramo (1988, p. 2-6) aponta para o episódio de isolamento do partido na campanha das diretas-já; ocasião em que os comunistas teriam acompanhado “... a onda de apoio à transição conservadora e ao governo Sarney”. Tal postura do PT em relação ao Estado e à burguesia viria acompanhada de um compromisso de *organização dos trabalhadores pela base* com o intuito da construção do socialismo.

Conquistamos muitos sindicatos na cidade e no campo, conseguimos dar saltos que, comparados com outros períodos históricos, nos levam a concluir que vivemos um momento muito **original, sem paralelo com o passado**. O movimento sindical brasileiro praticamente não conhece a atuação de centrais sindicais, exceto por curtíssimos períodos ao longo de sua história; assim como a sociedade brasileira nunca conviveu, com raríssimas exceções igualmente limitadas no tempo, com partidos operários na legalidade (Oswaldo Bargas, 1988, p. 43-5) (grifo nosso).

Como pano-de-fundo dessa discussão havia uma disputa acerca da relação que o PT teria com a transição democrática. As posições variavam de

---

6 Para Barthes (1985, p. 136) “o mito é um sistema particular, visto que ele se constrói a partir de uma cadeia semiológica que existe já antes dele: *é um sistema semiológico segundo*. O que é signo... no primeiro sistema, transforma-se em simples significante no segundo”. O primeiro sistema seria uma linguagem objeto - no nosso caso, os sentidos anteriores do socialismo; sentido que o mito petista, como uma metalinguagem se utiliza para seus fins, ou seja, adapta à realidade, ao seu contexto histórico.

uma perspectiva mais instrumental a posições que ao assumir o jogo democrático, o faziam para que se criassem condições seguras para o “embate decisivo”. A democrática, assim, teria que ser mantida ao limite máximo. Posturas aventureiras poderiam conduzir a um retrocesso. Os limites teóricos e práticos a serem desenhados entre democracia e ruptura revolucionária tencionavam os elos da cadeia de equivalências do discurso petista.

Cabe refletir acerca dos efeitos que as práticas articulatórias do PT ao longo da década de 1980 teriam sob a sua *identidade de classe*, tendo como pano-de-fundo a ideologia marxista. Uma forma de se perceber melhor a influência desta última no discurso petista é avaliar, como fez Weffort (1992, p. 144), “os efeitos do terremoto de 1989-1991”. Com efeito, o impacto dos acontecimentos que fizeram ruir o império soviético teria sido um marco capaz de impulsionar e radicalizar toda uma revisão do marxismo. Weffort considera que tais acontecimentos eram “impensáveis nos termos dos paradigmas históricos então vigentes” (Ibidem, p. 144). No discurso petista, o fim da história era o “reino da liberdade”, cuja concretização dependia da política autônoma da classe trabalhadora. Percebem-se, então, os perigos que representava a “institucionalização” de forças políticas revolucionárias e a ideologia marxista atuava na interdiscursividade constitutiva das formações discursivas do discurso petista.

Este era, assim, eivado por noções teleológicas. Abramo (1988, p. 2-6) anteviu que

... é possível detectar... um processo brasileiro de transformação socialista... várias das condições objetivas para um processo socialista já se acham colocadas no cenário econômico e social desde há anos. **Foram criadas pelo próprio desenvolvimento do capitalismo no Brasil:** expansão e concentração do capitalismo industrial, crescimento do capitalismo agrário, formação de um sistema de classes sociais, existência de instrumentos sindicais e partidários de organização e conscientização da luta de classes, inexistência de um projeto hegemônico da burguesia... Vinham faltando, porém, o que se chama de condições subjetivas, isto é, de vontade e capacidade dos sujeitos do processo de atuarem nessa direção. Ao que parece, algumas dessas condições subjetivas estão começando a existir... a tendência geral é o **progressivo** avanço (grifo nosso).

Seria muito difícil, antes de 1989, para Francisco Weffort, considerar a “valiosa distinção entre sistemas econômicos e valores culturais” e sugerir “a elaboração de perspectivas teóricas destituídas de qualquer determinismo” (ibidem, p. 146).

Se o socialismo voltar a conquistar um novo sentido, será porque os socialistas foram capazes, afinal, de reconhecer a existência e legitimidade de seus adversários. Ou seja, de reconhecer que o socialismo, em qualquer forma imaginável, deve ser concebido como uma *possibilidade*, não como uma *necessidade* histórica. Depois dos acontecimentos de 1989-1991, não será difícil para os socialistas entender que eles não são, afinal, donos do futuro” (ibidem, p. 152).

Uma pergunta se impõe: como o mito de socialismo pôde conviver com outro *mito*: o de democracia? Tais mitos, uma vez que têm uma vocação

hegemônica, procuram circular valores com vistas à sua fixação e à constituição de um *espaço mítico*.

À maneira de Keck (1991) caracterizaremos o PT como uma “anomalia” na transição democrática brasileira. Um agente social que imprimiu um princípio de leitura (mito) diverso à democracia e ao socialismo se contrastado aos discursos hegemônicos. Ou seja, inaugurou um espaço de representação antagônico àquele da Aliança Democrática (PMDB/PFL), que representava a espacialidade da estrutura. O PT emergiu como um sujeito articulador de elementos foracluídos e os remeteu a um não-lugar, uma sociedade “sem explorados e sem exploradores”. Democracia, nesse contexto, estava em equivalência com socialismo e limitavam-se mutuamente dentro de um contexto histórico específico.

Assim, a “verdadeira” democracia - que seria operária e não burguesa - só viria com o advento do socialismo, o qual exigia práticas articulatórias altamente seletivas, capazes de salvaguardar a identidade da classe trabalhadora. Ou seja, o discurso petista pretendia hegemonizar à maneira leninista a luta pela implantação do socialismo. Estabelece-se, assim, um problema de coerência na cadeia de equivalências, uma vez que se fazem presentes as duas lógicas da tradição marxista: a da necessidade e a da contingência. Tal discurso coloca para si o desafio de conciliar essas lógicas em um contexto que possibilitou experiências políticas extremamente ricas e originais<sup>7</sup>.

Tal questão, contudo, não teria solução num plano estritamente racional, em que os sujeitos pretensamente têm clareza acerca de suas reivindicações. O próprio conceito de mito que temos trabalhado remete a uma noção não essencialista de sujeito. Os atos de identificação expressos nas práticas articulatórias por vezes afastam-se do que eventualmente possa se assumir como “interesses históricos” do proletariado. Isto nos remonta à exterioridade do mito em relação à espacialidade da estrutura, uma vez que desautoriza qualquer lógica imanente do social. Tais articulações, assim, são envidadas desde uma perspectiva metafórica do mito e a circulação de valores na cadeia de equivalências se dá por atos de identificação que são constitutivos do sujeito.

Esse entendimento é fundamental nessa reflexão sobre o discurso petista que surge sob a égide da crítica ao socialismo real. Mostra-se, dessa forma, disposto a resgatar a essência democrática do marxismo sem abandonar seus suportes ideológicos centrais: *o econômico como epifenômeno e reducionismo de classe*. Mantém-se, assim, na lógica da necessidade enquanto reivindica para si a hegemonia de “tarefas” democráticas. Nesse sentido a democracia social - direta e participativa -, ao se contrapor ao projeto burguês de democracia meramente representativa, era colocada como ante-sala, numa perspectiva

---

<sup>7</sup> Para ver um excelente estudo em relação à tensão no interior do PT entre a tradição marxista e os desafios da contemporaneidade, ver “PT: a contemporaneidade possível – base social e projeto político”, de Benedito Tadeu César. (2002).

de acúmulo de forças para o momento da “inevitável” ruptura revolucionária. Só então, poderia se viver uma “democracia socialista”, condição *sine qua non* para a existência de um verdadeiro socialismo. A tensão peculiar a esse programa petista, como vimos, traz a identidade de classe como “dada”, estabelecida no processo produtivo. A classe operária seria naturalmente mais avançada do ponto de vista político. Abramo (1988, p. 2-6), referindo às Diretas-já, considera que “a classe média politizada” apenas “adere à campanha na esperança de acabar com a ditadura e de transformar o regime [militar]”. Cabia à classe operária a “liderança” de setores de classe que, de outra forma, seriam conduzidos pela burguesia. A luta pela “hegemonia”, outrossim, requereria o estabelecimento de lutas parciais no contexto de transição:

... o problema parece... residir... na concepção ultimata de determinadas correntes que, tanto no campo político como sindical, desprezam a luta por objetivos parciais e uma estratégia de acúmulo de forças, adotando uma linha apocalíptica de apressar, a todo custo, o *confronto final*, mesmo que não tenhamos **ainda** a menor preparação para o **embate decisivo**” (Costa, 1988, p. 39-40) (grifo nosso).

Há, dessa forma, que se tratar da relação do PT com o marxismo. Os vários “marxismos” (César, 2002; Garcia, 1991; Netto, 1991; Genro, 1991) no PT eram críticos não só do socialismo real, mas também da social democracia. Intelectuais de várias filiações procuravam se afastar tanto da “dogmatização” do marxismo, levada a cabo pela III Internacional Comunista, como do “socialismo científico” da II Internacional, de onde nasceu a versão reformista da social democracia. *Tinham resistência à possibilidade de assumir tarefas de gestão do Estado burguês como ocorreria à social democracia européia.* Carvalho (1990, p. 49-53), contrastando o conteúdo do PAG (Plano Alternativo de Governo) e as Resoluções do V Encontro Nacional, revela que

De início havia uma contradição nítida em se afirmar que o governo não estaria expressando a luta direta pelo socialismo, mas que teria de tomar *medidas de caráter socialista* em setores essenciais da economia. Ora, se os setores “essenciais” são socializados, no essencial se chegou ao socialismo. Sob outro enfoque, se *as medidas de caráter socialista* não significam a socialização tal como se entendeu sempre (posse coletiva dos meios de produção), o que significariam então? Poderiam ser medidas de democratização do aparelho de Estado e da gestão das empresas, ou o aprofundamento da luta democrática. Mas, nesse caso, para o governo se viabilizar seria mesmo necessária a *ruptura revolucionária*?

A questão colocada era o que fazer com os setores hegemônicos pelo PT, mas que não se colocavam a perspectiva da ruptura. Ou seja, o programa de governo era mais “amplo” do que o do partido, uma vez que seus “valores” entraram em equivalência com valores de colorações ideológicas e *memórias discursivas* variadas. Para Carvalho (ibidem) “... o programa econômico de emergência apresentado por nós em dezembro de 1988 revela um **esforço de inserção na conjuntura**, reunindo propostas concretas para problemas

imediatos” (grifo nosso). Nessa perspectiva, administrar o capitalismo, ainda que “de forma diferente das forças conservadoras”, era “simplesmente um tabu no nosso meio”.

Ainda assim o discurso petista teria como horizonte o advento do socialismo numa perspectiva *classista*. Diferenciava-se da perspectiva social democrata por ser um partido profundamente enraizado nas lutas operárias e populares. Seria então bem mais ousado e *original*. Assim, Carvalho (ibidem) afirma que “administrar o capitalismo com o objetivo de transformá-lo é um desafio histórico gigantesco, para o qual não há respostas suficientes na história do movimento operário e dos países socialistas”. Neste sentido é que podemos entender qual o papel das bases, para o discurso petista. Vistas desde uma perspectiva *classista*, tais bases seriam a garantia de que o partido não se desviaria dos “preceitos ideológicos da classe operária”. Mantendo seu vínculo com as mesmas poder-se-ia arriscar a “tentação” reformista mantendo acesa a chama revolucionária. Ainda segundo Carvalho:

A síntese que acabou permitindo a aprovação da linha geral do PAG não resolveu nenhuma dessas discussões de fundo... O que permitiu a síntese foi a convicção, comum a quase todos, de que o governo Lula precisaria ao menos começar a governar - quando mais não fosse, para melhor estar posicionado nas suas relações com as amplas massas no momento em que a radicalização da sociedade conduziu à ruptura, tida por alguns como inevitável... À medida que a campanha cresceu... a necessidade de ampliação da base social acabou empurrando o consenso dos companheiros para a necessidade de políticas amplas e factíveis, capazes... de ganhar nas urnas... [e] articular mais firmemente o espectro de alianças que se desenhava em torno do PT... aí surge... a ‘tentação reformista’.

Diversas metáforizações, contudo, podiam ser articuladas a esse “significante” *bases* ou *massas*. Daí podia decorrer a necessidade de se acompanhar o “nível de consciência” daquelas, não se arriscando a “aventuras irrealistas e irresponsáveis”, até a noção de que as bases são “mais avançadas” do que muitas pretensas “vanguardas” da classe operária. Sendo assim, a própria significação (mítica) de “classe social” está em jogo à medida que se procura ter uma “afinidade”, ou ainda melhor, “fidelidade” à mesma.

A contingência do programa, por seu turno, remonta à discussão levantada por Lefort (1987, p. 38) do raciocínio utilitário dos agentes sociais que lutam contra a opressão mas não têm uma *essência* própria. Neste contexto, o autor considera que “os direitos do homem”, longe de ser caracterizados como uma prerrogativa burguesa para falsear a realidade, podem ser ampliados - nos nossos termos, imputados novos princípios de leitura - em situações históricas diversas e por agentes sociais diversos. O caráter mítico, como sugerimos, dessa operação é flagrante: o significante “direitos do homem” - leia-se, democracia - tem seu sentido “distorcido”, para que exerça uma função em contexto histórico específico. Ou seja, é posto em uma cadeia de equivalências no campo do político.

Daí decorre que nenhuma reivindicação deve ser entendida como pertencente ao campo da pura moral (Lefort, 1987, p. 41) - do indivíduo ou,

acrescentaríamos, da classe -, mas pertencem a uma construção coletiva que opera no campo político/simbólico. Nessa perspectiva, utilizando as observações de Lefort, podemos concluir que a violação dos direitos humanos é uma agressão ao “corpo social”, uma vez que agride valores coletivamente instituídos. Não, como querem crer – segundo o autor - os discursos liberal e comunista, a violação de uma discutível essência humana, desde sempre encarnada no sujeito e, por conseguinte, apartada do político.

Inspirados em Lefort (1987, p. 49) *podemos concluir que o corpo social - constituído simbolicamente - não guarda uma relação de perfeita representação com o poder estabelecido*<sup>8</sup> - pretensão nutrida pelo discurso petista na década em questão. Lefort, ao considerar a “alteridade do social”, nos possibilita a compreensão de que a sociedade em perfeito entendimento consigo mesma, em outras palavras, a realização do *espaço mítico*, é impossível. A compreensão do que acabamos de expor nos permite vislumbrar porque o discurso petista considerava a possibilidade de autonomia do social. Nutria-se a crença em um poder posto como autêntica representação dos interesses das massas. Tal crença, acreditamos, tem na ideologia marxista um forte elemento explicativo.

Não consegue, assim, romper com a lógica da necessidade. O poder (Estado) seria apropriado pela *classe trabalhadora* e a democracia seria uma prática transparente de representação política. É nesse sentido que há uma equivalência entre democracia e classe social: a primeira, ao se caracterizar como socialista, revela seu pertencimento de classe. Neste contexto, é sintomática a extrema preocupação do partido com a democracia interna de suas instâncias, particularmente a democracia sindical. Esta poderia funcionar como um “ensaio” da futura sociedade.

A crença na plena representação política está, como vimos, relacionada à ideologia marxista. No que tange às organizações revolucionárias isto parece mais claro. Arcary (1990a, p. 54-60) - líder nacional da então Convergência Socialista - revela que “nós temos uma profunda fé no proletariado. Não uma fé religiosa... mas uma compreensão do processo histórico, de qual o lugar reservado para o operariado nessa sociedade”. Posto em cadeia de equivalências tal *valor* - ligado a uma “literalidade” do social - tem uma relação diferencial marcante no discurso da Articulação: tendência majoritária do partido.

Debatendo a questão da estrutura sindical cutista, Costa (1988, p. 39-40) defendendo o ponto de vista dessa última tendência, relativiza uma possível “mística” em torno das bases e defende uma proposta mais vertical de representação política na direção da CUT. No que tange aos critérios de participação dessas últimas - particularmente das oposições sindicais - considera que “uma estrutura onde grande parte dos que decidem não tem

---

8 De acordo com Lefort (1987, p. 53), a revolução política moderna significa “... um fenômeno de desincorporação do poder e de desincorporação do direito acompanhando a desaparecimento do ‘corpo do rei’, no qual se encarnava a comunidade e se mediatizava a justiça; e, simultaneamente, um fenômeno de desincorporação da sociedade, cuja identidade, apesar de já figurada na nação, não se separava da pessoa do monarca”. Tal passagem nos permite ver com clareza o caráter simbólico do poder, que não guarda uma objetividade em si e, portanto, nunca conseguirá domesticar o social.

como viabilizar as decisões não pode ser chamada nem de forte, nem de democrática". Para que se compreenda tal discussão recorramos à fronteira que separaria os limites de tensão entre as duas lógicas no discurso petista. O que se colocava era o equilíbrio instável – antitético – entre essas lógicas e que exigia um processo de *escolha* que fosse capaz de coadunar forças políticas de forma minimamente coerente na cadeia de equivalências.

Ao despotencializar a presença das "bases" na direção da CUT – diminuindo a sua horizontalidade – a Articulação aumentava seu próprio poder de controle neste terreno de indecibilidade. Evitava, assim, situações de estímulo ao confronto, a uma práxis direcionada ao exercício direto da democracia e que, eventualmente, acelerasse uma crise revolucionária. Ao mesmo tempo se propunha manter seu caráter antagônico ao Estado burguês. Sua política, assim, segundo Costa (ibdem), não excluiria

"... a participação das oposições sindicais; simplesmente [reorganizaria] nossa estrutura, dando a justa importância a cada participante. **É óbvio que esta nova estrutura será um rompimento com os critérios da estrutura sindical oficial, pois introduz a representação proporcional ao número de sindicalizados e preserva a participação das categorias não-filiadas.** No entanto sabemos que não irá contemplar a preocupação de muitos companheiros, voltados hoje para a horizontalização da CUT. Saudamos os debates a respeito das relações da CUT com comissões de fábrica e outros organismos de base; no entanto achamos prematuro qualquer tipo de formalização dessa relação. A verdade é que a organização dos trabalhadores no seu local de trabalho ainda engatinha no Brasil, e que além disso possui uma multiplicidade de formas, das comissões de delegados sindicais eleitos diretamente a grupos de fábrica e outras mais. **No momento o importante é que 'desabrochem mil flores e floresçam mil idéias', deixando uma resolução para mais tarde, quando a prática puder ser realmente o critério da verdade"** (grifo nosso).

Tal postura não podia significar uma ruptura com a perspectiva revolucionária. Por outro lado, o fato de não apostar nas comissões de fábricas e nos confrontos mais diretos tinha o sentido de manter o controle sobre a deflagração de uma crise revolucionária que deveria ocorrer em condições seguras. Chamo a atenção ao fato de que os *interesses históricos* da classe trabalhadora não eram postos em questão. Continua a haver um jogo de soma zero em que o que uma classe ganha é debitada à classe antagônica. Assim:

... no processo de luta-negociação-luta-negociação... incrementar nossa organização e consciência ao nível de massa, no sentido do confronto que se dá entre **os interesses globais do patronato, defendidos pelo governo, e os interesses globais da classe trabalhadora**... quem faz os grandes processos sociais e as revoluções são as massas... mas tudo será inútil se não tiverem formas de auto-organização massivas, que dêem forma a sua ação espontânea (Costa, ibdem) (grifo nosso).

O discurso oficial do partido era resultado de uma complexa rede de formações discursivas em coerções mútuas. A Articulação era o ponto nevrálgico de confluência dessa configuração política inserida em um contexto

histórico específico e que trazia consigo memórias discursivas a serem consideradas. Neste sentido, os rachas e atualizações discursivas da esquerda tradicional devem ser consideradas como constitutivas do discurso petista<sup>9</sup>. Podemos, assim, desde uma perspectiva metodológica, fixar, além das esquerdas organizadas e da esquerda tradicional, outras formações discursivas (FD's) constitutivas do discurso petista: os sindicalistas que originalmente formaram o que se denominou *novo sindicalismo*; intelectuais independentes formados na tradição marxista; intelectuais sociais democratas e, por fim, as esquerdas cristãs capitaneadas pela igreja católica. Vale alertar que formações discursivas circulam no emaranhado indecível do social e são partes constitutivas de discursos sempre heterogêneos. Seu recorte torna possível um estudo, mas não reflete a riqueza intercambiante, heterogênea e constitutiva do discurso.

Ao refazer grosso modo a trajetória do PT procuraremos resgatar a tensão entre os mitos de socialismo e democracia. Como pano-de-fundo realçaremos aqueles elementos do real – extralingüísticos – articulados pelo discurso petista para a formação de seu espaço mítico. A idéia de se criar um partido *só* dos trabalhadores surge no final da década de 1970. Nesse contexto, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, identificado com o *novo sindicalismo*<sup>10</sup> – atuava por dentro da estrutura sindical atrelada ao Estado – se aliava às oposições sindicais lideradas pelas esquerdas organizadas hegemônicas no Movimento de Oposição dos Metalúrgicos de São Paulo. Este último pólo era refratário à participação na estrutura sindical oficial e apostava na construção das comissões de fábrica: espaços privilegiados de expressão de um poder autônomo dos trabalhadores frente ao Estado burguês. A esquerda católica se aliava a essa posição autonomista. Foram esses dois pólos que aglutinaram as forças políticas que criaram o PT e a CUT como anomalia no processo de transição. O discurso petista, assim, vinculava-se a uma ausência – uma falta na estruturalidade da estrutura – e apontava para uma plenitude não alcançada, fundadora de um espaço mítico que tinha na participação política das massas seu elemento catalisador.

A identificação negativa (Burity, 1994, p. 21-33) de um amplo leque oposicionista contra o inimigo comum (a ditadura militar) – que foi eficiente em um primeiro momento da resistência democrática – não consegue sobreviver frente à necessidade de se formular um programa positivo para o país. Revelaram-se visões diferenciadas de topografia social que remontavam a uma maior “definição ideológica”. Nesse contexto, o discurso petista, radicalmente

---

9 O PCB e PCdoB entendiam que as conquistas sindicais deveriam ser predominantemente segundo uma “ênfase à pressão institucional” (Keck, 1991, p. 200), ou seja, a política dos trabalhadores deveria centrar-se nas “instituições políticas mais amplas” capazes de gerar uma conjuntura mais favorável à ação direta dos trabalhadores. Pode-se verificar, na prática, esse entendimento político na clara oposição do PCB à proposta de greve geral em 1983. Segundo Keck (1991, p. 202) este partido, no que pese a discordância de muitos dos seus militantes, estava “preocupado com o impacto que ela teria sobre o esforço de sua legalização”.

10 Segundo Antunes (1995, p. 28-9) esses primeiros sindicalistas eram em sua maioria desprovidos de militância política e nasciam como sindicalistas na sua ação concreta. Em um primeiro momento a esquerda tradicional (especialmente o PCB) se aliou a esses sindicalistas.

antagônico ao discurso (liberal/elitista/corporativo) hegemônico não contou com a adesão das esquerdas tradicionais.

O discurso petista, como vimos, separava a democracia entre burguesa e operária. A cultura política negociadora dos comunistas era, assim, incompreendida pelo PT, que temia a possibilidade de gerir a crise do Estado capitalista. Esta interincompreensão (Maingueneau, 1993) se expressa, no que tange à formação da CUT, na opção da esquerda tradicional de se aglutinar em torno da Unidade Sindical de Joaquim dos Santos Andrade e criar, posteriormente, a CGT (Antunes, 1995, p. 30). Apostavam, assim, numa estratégia política que afastasse para bem longe o fantasma da ditadura.

Dessa forma, a “marginalização” inicial do PT, em parte determinada pela tradição política elitista do país como *elemento real* do antagônico, em parte reforçada pela ideologia marxista, teve um efeito positivo de acúmulo de forças para essas agremiações. Reverteu em poder de atração do espaço mítico petista para onde, aos poucos, iam sendo remetidos outros antagonismos da sociedade brasileira. O discurso petista foi, assim, se referenciando como uma alternativa real à transição conservadora. Seu espaço mítico, contudo, viria acompanhado de tensões decisivas que o colocavam em um jogo duplo. Por um lado, existiam as coerções internas entre suas FD's: umas mais propensas à lógica da necessidade, outras à lógica da contingência, mas todas nutrindo a crença na literalidade do espaço do poder e na transparência da representação política.

Por outro lado, havia a pressão dos campos discursivos conservadores participantes da transição democrática e igualmente constitutivos da identidade do PT. Esses exigiam uma aceitação efetiva das regras do jogo democrático. Arcary (1990b, p. 70-72), numa carta-resposta a um artigo de Apolônio de Carvalho em que este propunha a expulsão da Convergência Socialista do PT, acha “lamentável fazer uma polêmica dentro do partido baseado em comentários de analistas da imprensa burguesa”.

O Brasil, outrossim, tinha vivenciado na década de 1970, conforme constatação acima de Abramo, uma significativa expansão de seu parque industrial. Como conseqüência, observou-se a concentração da classe trabalhadora nos grandes centros urbanos, particularmente no eixo sul-sudeste. As greves no ABC paulista emergiram como uma notável força política. Os metalúrgicos viriam a ter um peso considerável no processo de transição democrática. Neste contexto, o receio da “esperteza” dos políticos profissionais - como memória discursiva que remonta ao Estado corporativista de Vargas e ao Estado ditatorial - por parte daqueles sindicalistas parece ter sido posto em equivalência ao discurso autonomista das esquerdas revolucionárias e da igreja<sup>11</sup>.

Tal conjuntura, segundo Keck (1991, p. 25-6) se coadunava com a lógica do discurso marxista do “seremos todos”. A crença na classe operária como

---

<sup>11</sup> O caráter não vinculado à ideologia marxista de certas clivagens políticas no Brasil é referido por Keck (1991, p. 21; 22) através da existência de uma oposição clássica na política brasileira entre os “de dentro” e os “de fora” e não entre organizações definidas programaticamente.

sujeito privilegiado para a superação do capitalismo, parecia – na perspectiva da lógica da necessidade – emergir de uma *leitura objetiva* do real. Nesse sentido, uma abertura para composição com outras forças políticas teria que ser uma operação bastante calculada. Teorias, a exemplo do leninismo e da teologia da libertação, que preconizavam a valorização do sujeito, seriam bem vindas à medida que se articulavam equivalencialmente com o *interpretante basista* de participação política das massas. Tais discursos confluíam com o dos sindicalistas autênticos, arredios aos partidos políticos tradicionais e ao próprio Estado elitista.

A Aliança Democrática tinha uma composição de centro-direita (Burity, 1994, p. 23) e seu projeto não correspondia às aspirações democráticas da sociedade civil em expansão no país. A coesão em torno de tal aliança tendia a ruir e a gerar desapontamento. Manutenção da estrutura sindical corporativista, repressão militar às greves, inflação, carestia, não execução de uma reforma agrária, dívida externa, eram, segundo Burity (*ibidem*), pontos que “pareciam conspirar contra as promessas de democracia”. Isto reforçava a crença na democracia social que seria uma ante-sala de uma sociedade radicalmente nova.

A tensão interna ao PT vem a ganhar mais expressão a partir da segunda metade dos anos 1980, quando o partido amplia seu espaço na institucionalidade. O partido se inseriu em práticas articulatórias que o expuseram às coerções dos campos discursivos da espacialidade da estrutura. O Estado cada vez menos podia ser visto como radicalmente dicotômico aos movimentos sociais. Houve uma disputa política aberta entre os primeiros prefeitos do partido e o movimento sindical e popular. A questão era decidir a quem pertencia o mandato do governo municipal: se ao partido ou ao prefeito que incorporaria a representação direta dos eleitores (Arcary, 1990a, p. 54-60).

O que se colocava era o fato do partido ter que lidar com a face positiva do poder:

... não se tinha um programa concreto de governo para Diadema. A plataforma eleitoral apresentada era muito mais um arrolamento de palavras de ordem genéricas, que não servia como guia para a ação... para muitos militantes petistas locais, este plano era a plataforma de 82, documento de caráter propagandístico, rapidamente superado pelas necessidades (Pinto, 1988, p. 11-15).

A falta de vínculo das reivindicações em pauta evidencia que as mesmas se afastavam da “literalidade” dos deslocamentos conjunturais e se constituíam no plano simbólico. É nesse campo que podemos falar na formação de um *mito revolucionário-democrático* que teria ocupado o epicentro da instabilidade do discurso petista durante a década em estudo. Nele encontramos a expressão mais genuína da tensão entre a lógica da necessidade e da contingência. Tal tensão se dá dentro da perspectiva racionalista do imaginário iluminista que não considera a natureza simbólica do poder. O marxismo, dessa forma, encontra-se embebido na crença da possibilidade de uma leitura objetiva da “realidade” e na plena representação dos interesses “dos explorados”.

A experiência petista na década de 1980 é um exemplo eloquente de que a identidade do sujeito se modifica à medida do crescimento da cadeia de equivalências em que opera. O PT parece não ter sido capaz de, a um só tempo, ser revolucionário e democrático. A questão teórica que se impõe às esquerdas é a seguinte: como conciliar um *ethos* radicalmente transformador, antagônico, com um projeto positivo de poder? Apontamos para a necessidade de se superar a crença numa solução global para a sociedade. A ampliação dos direitos não deve ser norteadada pela espera do momento de ruptura como momento fundacional da sociedade. Isto significa romper com o imaginário iluminista da plena representação.

### Referências

- ABRAMO, Perseu. (1988). "Proibido ficar perplexo". *Teoria e Debate*, 3: 2-6.
- ANTUNES, Ricardo. (1995). *O novo sindicalismo no Brasil*. 2ª. edição, Campinas, São Paulo, Pontes.
- ARCARY, Valério. (1999). "Qual é a tua, Convergência?". *Teoria e Debate*, 10: 54-60.
- ARCARY, Valério. (1999). "Carta: resposta a Apolônio". *Teoria e Debate*, 10: 70-72.
- BARGAS, Oswaldo. (1988). "Em Debate". *Teoria e Debate*, 3: 43-45.
- BARTHES, Roland. (1985). *Mitologias*. Tradução de Rita Buongiorno e Pedro de Souza, 6ª edição, São Paulo, Difel.
- BURITY, Joanildo A. (1994). *Radical religion and the constitution of new political actors in Brazil: the experience of the 1980's*. Tese de doutorado, Department of Government University of Essex.
- CARONTINI, E. & PERAYA, D. (1979). *O Projeto semiótico: elementos de uma semiótica geral*. Tradução de Alceu Dias Lima, São Paulo, Cultrix/Editora da Universidade de São Paulo.
- CARVALHO, Carlos Eduardo. (1999), "Medo (e gosto) de pecar". *Teoria e Debate*, 10: 49-53.
- CÉSAR, Benedito Tadeu. (2002), *PT: a contemporaneidade possível – base social e projeto político (1980-1991)*. Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS.
- COSTA, Washington. (1988), "Em Debate". *Teoria e Debate*, 3: 39-40.
- DUARTE, Ozeas, (1988). *Os mercadores de ilusões: uma análise crítica do "sindicalismo de resultado"*. São Paulo, Brasil Debates Editora Ltda ME.
- GARCIA, Marco Aurélio. (1991). "Leninismo e social democracia na história", in (VVAA), *Caderno Especial de Teoria e Debate*, São Paulo, Teoria & Debate.
- GENRO, Tarso. (1991). "O PT e o marxismo", in (VVAA), *Caderno Especial de Teoria e Debate*, São Paulo, Teoria & Debate.
- KECK, Margaret E. (1991). *PT: a lógica da diferença. O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. Tradução de Maria Lúcia Montes com a colaboração de Isa Mara Lando. São Paulo, Editora Ática.
- KONDER, Leandro. (1991). "A atualidade do marxismo", in (VVAA), *Caderno Especial de Teoria e Debate*, São Paulo, Teoria & Debate.
- LACLAU, Ernesto & MOUFFE, Chantal. (1985). *Hegemony & Socialist Strategy*. London, Verso.
- LACLAU, Ernesto. (1993). *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo*. Argentina, Ediciones Nueva Visión SAIC.

- LACLAU, Ernesto & Mouffe, Chantal. (1993). "Posmarxismo sin pedido de disculpa" in E. Laclau (org.), *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo*. Argentina, Ediciones Nueva Visión SAIC.
- LACLAU, Ernesto. (2002). *Misticismo, retórica y política*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica.
- LEFORT, Claude. (1987). *A invenção democrática: os limites da dominação totalitária*, 2ª edição. Tradução de Isabel Marva Loreiro. São Paulo, Brasiliense.
- MAINGUENEAU, Dominique. (1993). *Novas tendências em análise do discurso*. 2ª edição. Tradução de Freda Indursky. Campinas, SP, Pontes.
- MUSSALIM, Fernanda. (2001). "Análise do discurso", in F. Mussalim, A. C. Bentes (orgs.), *Introdução à lingüística*, 2ª edição, São Paulo, Cortez.
- MUTZEMBERG, Remo. (2003). "Identidades e movimentos sociais em uma sociedade indomável". *Política e Trabalho*, 19: 39-58.
- NETTO, José Paulo. (1991). "Crise do marxismo e atualidade da teoria marxiana", in (VVAA), *Caderno Especial de Teoria e Debate*, São Paulo, Teoria & Debate.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. (1998). Resoluções de Encontros e Congressos. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.
- ROLIM, Marcos. (1991). "Reflexões críticas sobre o marxismo", in (VVAA), *Caderno Especial de Teoria e Debate*, São Paulo, Teoria & Debate.
- TORFING, Jacob. (1999). *New theories of discourse: Laclau, Mouffe, and Zizek*. Oxford, UK, Blackwell Publishers.
- VALESCA, Peres Pinto. (1988). "A vitrine do ABC". *Teoria e Debate*, 3: 11-15.
- WEFFORT, Francisco Correia. (1992). *Qual democracia?*. 2ª edição, São Paulo, Companhia das Letras.
- ZIZEK, Slavoj. (1996). "O espectro da ideologia", in S. Zizek (org.), *Um mapa da ideologia*, tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Contraponto.

## RESUMO

*O mito revolucionário-democrático do discurso petista na década de 1980*

Este artigo tem por objetivo analisar o discurso do PT na década de 1980. Para tal utilizamos da teoria do discurso numa perspectiva pós-estruturalista, que considera o caráter simbólico da realidade. Nesse contexto, percebe-se a convivência de duas lógicas antitéticas no discurso petista: a lógica da necessidade e a lógica da contingência. Mostramos que tal antítese, apesar de não ser estranha à tradição marxista, ganha tons dramáticos no contexto histórico de transição democrática no Brasil da década de 1980, no qual estava inserido o discurso petista. Por fim, sugerimos a existência de um mito revolucionário-democrático que punha em cadeia de equivalência as lógicas citadas.

**Palavras-chave:** Discurso petista; mito; pós-estruturalismo.

## ABSTRACT

*The revolutionary-democratic myth in PT's discourse of the 1980's*

This article aims at analysing the PT (Worker's Party) discourse in the 1980's. Hence we have adopted discourse theory in a pos-structuralist perspective, which takes into account of the symbolic aspect of reality. Within this context, one can notice the presence of two antithetic logics in the PT discourse: the

logic of necessity and the logic of contingency. We have shown that such an antithesis, in spite of not being unfamiliar to the Marxist tradition, becomes dramatic in the historical context of democratic transition in Brazil in the 1980's. Lastly we have suggested the existence of a revolutionary-democratic myth, which set in a chain of equivalence the mentioned logics.

**Keywords:** PT's discourse; myth; post-structuralism.

*Enviado para apreciação: julho de 2004*

*Aprovado para publicação: setembro de 2004*